

ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PAULA MÁRCIA COSTA ALVES¹
SORAYA MENDES R. ADORNO²

Introdução

No texto *História Das Populações Indígenas Na Escola: memórias e esquecimentos*, Circe Fernandes Bittencourt (2013) traz à tona o tema da educação indígena integrado a uma tradição no ensino de história sobre os povos indígenas, que são apresentados como meros personagens que aparecem na história no período de colonização e depois disto desaparecem de cena. O texto traz o desmazelo com que a história indígena foi tratada desde o descobrimento do Brasil.

O indígena sempre foi retratado como povo selvagem, preguiçoso e tido, por muito tempo, como animais. Escritores e livros didáticos pregaram uma imagem negativa a respeito da população indígena. No decorrer do século XX, as representações indígenas oscilaram nas escolas brasileiras, “entre a imagem de selvagem, em situação de atraso civilizatório e a de grupo dominado, vítimas pioneiras de uma estrutura econômica capitalista” (DOMINGUES, 2014, p. 03). É importante saber, que até muito recentemente, os livros didáticos disponíveis para o ensino básico corroboravam com uma visão idealizada e romântica do indígena, sempre o associando aos povos originários e ignorando seu contexto atual (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 56).

Pode-se dizer, com base em diversos pesquisadores dos estudos textuais e discursivos, que a história indígena tem um potencial que pode favorecer e enriquecer o ensino da EJA, sendo a mesma, capaz de promover o conhecimento e o desenvolvimento do raciocínio crítico dos estudantes. A história indígena pode romper, inclusive, com a visão estereotipada que foi incutida nos estudantes desde as séries iniciais, tentando fazer crer que os indígenas era um povo preguiçoso, que vivia apenas do que caçava e pescava e que estava sempre se movendo em busca de lugares onde pudessem explorar as riquezas naturais quando, na

¹ UESB; Especialista em Educação e Diversidade Étnico-cultural/UESB.

² UESB; Doutora em Enfermagem e Saúde/UESB.

verdade, os indígenas são uma etnia riquíssima em costumes e tradições que os mantém unidos ao longo do tempo, apesar dos descaso com que vem sendo tratados ao longo da história do Brasil. Domingues (2014, p. 03) aponta que

Tradicionalmente divulgada pela mídia e por materiais didáticos, a imagem do índio genérico ainda prevalece: o corpo nu, as pinturas corporais, o adereço de penas, moradores das florestas e possuidores de uma cultura exótica e pura.

Nesta perspectiva, propõe-se o questionamento e como a História Indígena Brasileira tem sido trabalhada nas escolas, no ensino da EJA na cidade de Itapetinga com o intuito de entender como o ensino da história indígena tem contribuído para a formação do povo brasileiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de descobrir quais as orientações e os conteúdos de leitura sobre a História Indígena brasileira têm sido propostos para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse artigo iremos discorrer brevemente sobre a importância da História Indígena no Brasil, averiguando, por meio do livro didático, como tem sido o ensino da História Indígena na EJA.

A importância da História Indígena Brasileira

Verifica-se que muitos autores de livros didáticos pouco mencionaram sobre a riqueza da cultura indígena, se referem aos mesmos apenas quando é citado o período de colonização onde o índio aparece como o ser utilizado para mão-de-obra escrava na segunda metade do século XVII. Foi a partir dos anos de 1900 que o historiador João Ribeiro trouxe uma nova compreensão a respeito do indígena, quebrando a imagem desmoralizada do índio que era visto como raça inferior, representado como altivo e indolente que pouco contribuiu com o desenvolvimento econômico e moral do país.

A partir de algumas experiências vivenciadas no processo de formação superior e do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação, Cultura e Diversidade Étnico Cultural pudemos trabalhar e vivenciar na prática todo conhecimento obtido na sala de aula sobre esse tema tão complexo e importante para a educação brasileira. Também, conhecemos mais sobre a cultura indígena e a aplicação da Lei 11.645/08 que regulamenta o ensino de cultura e história

indígena e afro-brasileira. Tornando esse o eixo central para refletir sobre a nossa prática docente.

Para se romper com a visão endógena, é necessário apresentar a história indígena sob outros pontos de vista, mostrando o índio como uma etnia que tem sofrido com um regime cruel e preconceituoso. Um sistema que, como cultura dominante, tenta a qualquer custo impor a sua cultura, buscando a dominação e o extermínio da cultura indígena presente nas terras descobertas.

É imperativo trazer à luz do conhecimento fatos que irão desmistificar aquilo que muitas vezes se tem por certo. E nesse aspecto, cabe principalmente à escola, como espaço de aquisição de saberes, de formação e de exercício da cidadania, promover esse conhecimento. Rodrigues (2017, p. 111) considera que:

Para que se possa construir uma nação livre, solidária e igualitária, onde ser cidadão não seja um privilégio de poucos, devemos buscar informar sobre todos os povos que compõem a sociedade nacional (asiáticos, brancos, negros, indígenas, entre outros) e tentar valorizar as culturas e feitos destes tantos povos, principalmente, mas não exclusivamente, dentro da escola. Assim sendo, a escola deve começar a se ver como espaço genuíno de promoção e da valorização da diferença. Ela deve ser um espaço de possibilidades de conhecimento do "outro", do "diferente".

É fato que, quando os portugueses aportaram nas terras do Brasil, a terra já era ocupada pelos índios, que possuíam uma língua e uma cultura distinta da dos portugueses. Pela dominação portuguesa no Brasil, boa parte desses índios formam extintos. Na última pesquisa, realizada em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), consta que existe em média 305 povos indígenas no Brasil, numa média de 817 mil índios. Ainda segundo o IBGE, estima-se que 503 mil indígenas vivem na zona rural e 305 em zona urbana, a maioria dessa população, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), está na região Norte, mais especificamente no Estado do Amazonas e depois, no Nordeste, especialmente na Bahia.

A formação do povo brasileiro possui forte influência indígena, que vai desde as contribuições à língua portuguesa, perpassando pela culinária e as tradições culturais e religiosas.

A união das tribos Tupinambá e Guarani deram origem à língua tupi-guarani, que tem presença marcante no português falado no Brasil, que é bastante diferente do português de Portugal, visto que, além da inferência indígena, há também a forte presença dos povos africanos e sua grande relevância cultural

para o país. Muitas palavras do nosso vocabulário, tem origem do tupi-guarani, a exemplo do nome da nossa cidade, Itapetinga (Ita =pedra +tinga= branca), a cidade recebeu esse nome em referência a grande quantidade de pedras brancas existentes na localidade onde a mesma foi construída e inúmeras outras palavras como: beiju, mandioca, canoa foram incorporadas ao nosso idioma.

Na culinária, vários alimentos que tradicionalmente faziam parte da alimentação indígena foram introduzidos na mesa dos portugueses, a exemplo da farinha de mandioca, o cuscuz de milho e tapioca, a abóbora, o milho e muitos outros que fazem parte da alimentação dos brasileiros, o cuscuz, por exemplo, é um alimento que está na base da alimentação de pernambucanos, alagoanos e paraibanos, assim como o açaí no Norte e farinha de mandioca em todo o Nordeste e várias regiões do Brasil.

Na cultura indígena, há várias celebrações e festejos, a exemplo do Toré, celebrado anualmente. O Toré é uma dança usada para expressar alegria, saudar um visitante ilustre, celebrar casamentos, nascimento etc. O hábito de buscar cura através das plantas, desde sempre foram praticados pelos índios, cada tribo possui um Xamã ou curandeiro, que é requisitado para curar doenças e males por meio de chás e infusões. Essa prática, bastante realizada pela população brasileira, hoje tem amparo científico que comprova o poder curativo das plantas. Também é da cultura indígena os artesanatos em cerâmica, que faziam vários recipientes usados para cozinhar (panelas, pratos, tigelas) armazenar (potes), decorar (vasos), todos confeccionados em argila. Os índios também faziam muitos adereços e enfeites a exemplo dos cocás, colares e roupas usando os materiais disponíveis na natureza, como penas, sementes, frutos, fibras como sisal e a juta, o que até hoje constituem uma fonte de renda para algumas tribos, que vendem ou trocam esses produtos por bens e serviços.

Em 2008, foi promulgada a Lei nº 11.645 que altera a Lei nº9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. O parágrafo 1 do artigo 26-A diz:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na

formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008).

Os índios, assim como os negros, possuem uma história riquíssima, marcada pela luta e pela resiliência, que precisa ser respeitada, contada e valorizada como parte fundamental no estabelecimento da nação brasileira. “Em um país tão mesclado etnicamente como o nosso, o entendimento de cada grupo social e seu papel na sociedade se torna essencial” (Rodrigues, 2017 p. 07).

Ensino da História Indígena na Educação de Jovens e Adultos

O livro didático é o principal material de estudo das aulas de EJA, como na maioria das escolas públicas brasileiras independente da série ou nível de ensino. Assim, tivemos acesso a três exemplares que contemplam às series iniciais dessa modalidade ensino, esses livros são do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) dos anos de 2014, 2015, 2016 e fazem parte da Coleção “É Bom Aprender”. Esta coleção tem um único volume que possui os módulos de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia e é destinado à região Nordeste, trazendo em seu conteúdo temas que tentam assimilar particularidades e costumes inerentes à essa região, valorizando os aspectos culturais, tais como as tradições, artes plásticas, culinária e literatura, de forma a atender os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que aponta os caminhos a serem percorridos no ensino da Educação Básica.

A EJA requer uma metodologia que respeite as experiências e saberes que o aluno possui, de forma a introduzir conteúdos que possam ser assimilados ao conhecimento existente. O livro que iremos analisar possui muitos aspectos que são comuns à vivência e experiência do povo nordestino, tal como a pronúncia da língua e fatos corriqueiros do dia-a-dia, fortalecendo o sentimento de pertença e promovendo maior compreensão dos conteúdos apresentados.

No módulo de História, que é direcionado às séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos (Volume 2), traz um capítulo voltado à história dos povos indígenas do Brasil, a relação desses povos com a terra, o encontro entre dois mundos e os territórios indígenas, entre textos e belas imagens, a história se resume em 7 (sete) páginas do módulo de história. O que representa, a nosso ver, uma abordagem muito rasa de um assunto tão relevante de fatos históricos que contribuíram

significativamente para a formação do povo brasileiro. No conteúdo apresentado neste volume, é possível perceber que foi colocado ali como um elo de ligação e não como parte fundamental do nascimento e estabelecimento do Brasil enquanto nação, tratando de forma corriqueira algo que merece um estudo mais aprofundado e sistemático dos povos indígenas, trazendo no presente a luta pelo respeito às suas tradições, pelo direito de possuir a terra que lhe pertencia antes dos brancos invadirem o Brasil e o fim do preconceito que estes têm sido vítimas. Nesse aspecto, Bittencourt (2013 p. 6) afirma que “o livro didático era o responsável exclusivo das falsas representações sobre os povos indígenas”.

Já no Volume 3 da Coleção já referenciada, também há um capítulo que trata a história dos índios no Brasil, neste caso, em 6 (seis) páginas se faz um breve relato sobre a existência dos índios no Brasil, começando pelas primeiras impressões e traz uma pequena foto da carta de Pero Vaz de Caminha, passa a discorrer sobre os primeiros contatos, o trabalho dos povos indígenas, a produção de utensílios e encerra com o respeito à natureza.

Embora os textos sejam muito bem escritos, sugerindo que deva haver um diálogo entre discentes e docentes, o conteúdo trata de forma muito superficial uma parte que é fundamental na história do nosso país, favorecendo por conta da ignorância e do desconhecimento, o preconceito, além de omitir fatos importantíssimos sobre a ocupação das terras do Brasil. A esse respeito, Rodrigues (2016) afirma, que em um país tão mesclado etnicamente como o nosso, o entendimento de cada grupo social e seu papel na sociedade nacional se torna essencial. No entanto, sabemos que há muitos desafios a serem superados, a começar pelo Plano Nacional da Educação (PNE), sobre o qual Vianna (2007, p. 07) afirma que:

Essa é uma tarefa difícil e requer luta em todas as esferas: na conscientização e formação do corpo docente; na denúncia das revelações ditas científicas que perpetuam preconceitos; na discussão de propostas e atividades realizadas na escola; na análise crítica dos livros didáticos; e, sobretudo, nas inúmeras reivindicações por direitos à diferença.

Na Semana do Índio, como é chamado os dias que antecedem e sucedem o Dia do Índio, normalmente são feitas diversas atividades que tratam da história indígena. Da minha experiência enquanto educadora infantil, no entanto, percebo que esses temas poderiam ser trabalhados durante todo o ano, com

abrangência em aspectos como cultura, língua, religião bem como fatores históricos que interferem na luta pela demarcação de território indígena.

O livro didático é uma boa fonte de conhecimento, mas é necessário buscar outros materiais que venham enriquecer o aprendizado, pois no caso específico dos alunos da Rede Municipal de Educação de Itapetinga, segundo dados da própria Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga (SMEI), os livros estão defasados e as escolas não possuem exemplares em número suficiente para todos os alunos. Por isso, as atividades são feitas em duplas ou trios e os alunos não levam o material para casa, o que tem comprometido o desenvolvimento das atividades de ensino, tornando o aprendizado insípido e dando pouca base para que os educandos vivam experiências que desenvolvam uma consciência crítica. Ao mesmo tempo há a necessidade que se fomente nestas crianças a vontade de aprender, se desenvolver e que possibilite entender o processo de formação política ideológica do povo brasileiro.

Considerações finais

Ao fazermos esse estudo, percebemos que o ensino da História Indígena Brasileira, vem sendo trabalhado de forma muito pobre e superficial, mesmo havendo tantos materiais ricos e substanciosos, inclusive de autores indígenas, a exemplo da poetisa, escritora e professora, índia potiguá Graça Grauna e também de Daniel Munduruku, índio da etnia mundurucu, que também é escritor e professor e, ambos, lutam pela causa indígena. Temos vários vídeos e livros que ensinam de forma prazerosa a história dos primeiros povos que formaram a cultura brasileira e trazem a realidade da vivência indígena de forma descontraída e atrativa para os alunos.

Na construção de uma educação descolonizadora torna-se premente uma abordagem mais significativa dos fatos que colaboraram para fazer do Brasil o país que ele é hoje, olhando para a história de forma imparcial e buscando o aporte teórico que fomente discussões e possibilite ao educando o desenvolvimento do raciocínio crítico para que ele possa interagir ativamente na sociedade da qual faz parte.

É necessário que as escolas brasileiras tenham uma proposta pedagógica em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis educacionais, proporcionando condições para que os educandos desfrutem de seus direitos, promovendo igualdade entre os povos e utilizando todos os recursos disponíveis tais como livros, filmes, vídeos, músicas e poesias para enriquecer o aprendizado, pois apesar do muito que tem sido feito, ainda há muito mais a se fazer, principalmente no trato dos aspectos históricos culturais que envolvem a história do povo brasileiro e a luta que vem sendo travada pelo reconhecimento dos direitos atribuídos aos índios, aos negros e todas as questões que envolvem o diversidade étnico-cultural.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth (2012). **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. Cidade, Círculo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 53-64.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos**. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). *Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 11.645/08). Brasília, 10 de março de 2008.

BRASIL. IBGE.GOV.BR. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019

É bom aprender – edição renovada: Volume 2 e 3: **Educação de Jovens e Adultos** – anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: FTD, 2013. (Coleção É Bom Aprender).

DOMINGUES, Maria Perpétua Baptista. **Entre ausências, pretéritos e demandas do presente: As representações indígenas nos livros didáticos de história**. Saberes e práticas científicas. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Disponível:http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399847900_ARQUIVO_Textoanpuh.pdf

RODRIGUES, Wallace. O AMBIENTE ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO CULTURAL INDÍGENA: Revisões historiográficas. **Periferia Educação, Cultura e Comunicação**: subtítulo da revista, Tocantins, v. 08, n. 01, p. 106-122, jan-jun/2016. URL <file:///C:/Users/alice/Downloads/21990-89396-1-PB.pdf>

RODRIGUES, Wallace. **A instituição escolar e a valorização cultural das minorias.** Revista Tecer - Belo Horizonte – vol. 10, nº 19, novembro de 2017: Belo Horizonte MG Disponível em: file:///C:/Users/alice/Downloads/1402-4561-1-PB.pdf.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE.** In: *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares.* [S.l: s.n.], 2007.